DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Reunião Ordinária	**REUNIÃO Nº: 0450/15**		**DATA: 05/05/2015**
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	**INÍCIO: 14h48min**	**TÉRMINO: 15h14min**	**PÁGINAS: 12**

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO
Deliberação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. **Há orador não identificado em breve intervenção.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião para deliberação de requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário — CPI do Sistema Carcerário.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 6ª Reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Foi solicitada a dispensa da leitura da ata pelo Deputado Subtenente Gonzaga.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Passaremos agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Eu queria, aproveitando que existe quórum, pedir aos Srs. Parlamentares que dessem uma lida na pauta, porque, no meu entendimento, não há nela nenhum requerimento de cunho político ou até mesmo polêmico. Então, eu queria propor a V.Exas., para que não demoremos muito aqui, que aprovássemos os requerimentos em globo, após a análise de cada um e a devida discussão. Se alguém achar que algum requerimento merece destaque, ele será destacado e nós deliberamos sobre os demais. São 17 requerimentos.

Comunico aos Srs. Parlamentares que nós já temos aprovado mais de 27 requerimentos.

Eu peço a compreensão de todos, porque acho que já passou da hora de mudarmos o enfoque da Comissão. CPI é criada para investigar. Nós não podemos transformar a nossa CPI em apenas uma comissão de audiências públicas, etc. Peço ajuda aos colegas Parlamentares: vamos fazer um esforço para que possamos identificar problemas existentes nos diversos Estados brasileiros e fazer algum tipo

de investigação. Com apenas requerimentos de audiência pública, eu não acredito que alguém vá chegar aqui e confessar qualquer tipo de crime ou de irregularidade.

É a nossa CPI. Eu estou aguardando algumas informações dos órgãos policiais, para que possamos, a partir de então, desenvolver um trabalho verdadeiramente de investigação. Já temos um vasto, vamos dizer assim, rol de requerimentos, e ainda não conseguimos identificar uma causa ou um motivo para que possamos efetuar uma diligência com mais contundência e apurarmos irregularidades no sistema prisional.

Então, como eu acho que todo mundo está querendo ir para outras atividades, consulto os Parlamentares do plenário se podemos votar os requerimentos em globo.

Deputado Delegado Éder Mauro, V.Exa. deseja falar?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sim, Sr. Presidente. Eu acredito que nós realmente temos que votar os requerimentos em bloco. Acho que não devemos só ficar em audiências públicas, até porque qualquer garoto de rua sabe como é o sistema carcerário neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É verdade.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Nós precisamos é investigar, achar as causas e procurar as providências de quem é de direito. É isso que nós temos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. quer falar alguma coisa?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu não sei se estou enganado, mas um dos requerimentos aprovados orientava, digamos, a visita aos cinco piores e cinco melhores presídios e até propunha uma visita a instituições estrangeiras.

Um dos requerimentos que eu apresento foi por solicitação de colegas de Pernambuco. Depois, ao rever a justificativa que eu pedi pra eles, realmente é difícil que Pernambuco não esteja entre os cinco com maiores problemas. Eu não diria piores. Mas realmente 11 mil vagas para 30 mil presos! O mais longo processo de rebelião dos últimos 15 anos, ocorrido em janeiro, com três mortes resultantes, está dentre eles. Eu creio que, apenas como argumento, na hora de selecionar os cinco

para priorizar, porque não vamos poder fazer visita a todos os Estados, talvez V.Exa. tenha que considerar — a Comissão tenha, mas V.Exa. como Presidente... Agora, eu acredito também que, em alguns casos, Sr. Presidente, talvez fosse importante ter visitas, mesmo que fossem de pequenas comissões. Talvez dois Deputados, para não ir só um visitar, marcassem a presença da Comissão, com um pequeno relatório na volta. Às vezes, é uma solidariedade ao colega Deputado do Estado, e é uma forma também de ter uma visão mais global do sistema. Às vezes, nem é a prioridade máxima, mas é importante ter informação sobre todos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Edmilson, só para informação de V.Exa., Pernambuco está no requerimento aprovado de autoria do Deputado Delegado Waldir. Estão entre os piores presídios os de Porto Alegre, Mato Grosso do Sul; o de Recife, Aníbal Bruno; a Penitenciária Lemos Brito, de Salvador; e o Centro de Detenção de Pinheiros, em São Paulo. Acredito que esse requerimento tenha sido feito com base nos resultados da CPI anterior. Isso foi até questionado aqui.

Esse requerimento já foi aprovado e não podemos alterá-lo, mas se algum dos Parlamentares achar, quiser, ou se surgir algum fato, poderemos ir a determinados presídios. Por exemplo, o do Rio Grande do Norte não está aqui, mas a gente sabe que o do Rio Grande do Norte está com problemas gravíssimos, juntamente com o do Maranhão, que também não está aqui.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E o Requerimento nº 17 é uma proposta de ida ao presídio de Alcaçuz, do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Exatamente. Nós teremos aqui — é bom que as senhoras e os senhores saibam —, na quinta-feira, pela manhã, a presença da Diretora do sistema prisional de Alcaçuz. Nós teremos os seguintes convidados: Dr. Henrique Baltazar dos Santos, que é o Juiz da Vara de Execução Penal do Estado do Rio Grande do Norte; Sra. Regina Maria de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça; Sra. Kalina Leite Gonçalves, Secretária de Segurança Pública do Rio Grande do Norte; e Sra. Dinorá Simas Lima Deodato, Diretora da Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte.

Portanto, dependendo da visita desses convidados, talvez os senhores deliberem que não há necessidade de fazermos a diligência. Vamos ouvir primeiro os convidados, e a gente toma a decisão. O.k.?

Deputada Erika Kokay, V.Exa. questionava com relação aos requerimentos. Nós estamos aqui fazendo esse acordo para, como não há nenhum requerimento polêmico, aprovarmos em globo todos os 17 requerimentos. Se alguém quiser discutir...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu estou de acordo com o encaminhamento. Até cheguei a sugeri-lo, em determinada ocasião. Mas eu queria sugerir que nós pudéssemos solicitar as informações a todas as Unidades da Federação sobre suas condições: o número da população, o montante das pessoas aprisionadas, a capacidade que existe, a capacidade de abrigamento dos internos, para que nós pudéssemos ter uma visão, quantos presos provisórios existem. Alguns dados desses são consolidados, e outros seria importante que nós pudéssemos ter, para traçarmos um diagnóstico. Na medida em que nós não vamos ter condição de ir a todas as Unidades da Federação, que nós pudéssemos colher esses dados através de requerimentos da própria CPI. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quero dizer que V.Exa. tem toda a razão e nós já estamos com um requerimento. Eu pedi ao Relator que apresentasse esse requerimento, para que a gente possa ter um apanhado da situação do País inteiro, com as 27 Unidades da Federação, com a população carcerária, com a situação real de todos os estabelecimentos prisionais.

Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga e, depois, o Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, nessa mesma linha de raciocínio que está sendo colocada e, agora, defendida pela Deputada Erika, eu queria acrescentar, como informação a ser solicitada, os mandados de prisão em aberto, que são um componente dessa triste realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k.

Com a palavra o Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, muito boa tarde. Como V.Exa. pretende votar em bloco, e eu acho

correta a sua colocação, eu só gostaria que, quando os membros desta CPI fossem visitar alguma unidade prisional, não se ativessem apenas às unidades prisionais das capitais. Isso porque as capitais, geralmente, ficam mais próximas, têm um número maior de agentes penitenciários, têm um cuidado maior do Estado. Mas, quando se passa para o interior dos Estados, as unidades prisionais são verdadeiras afrontas aos direitos humanos. Em vez de unidades prisionais, elas tornam-se depósitos humanos.

Eu acredito que nós não podemos mais, num País como o nosso, fazer com que o sistema prisional seja um local que serve não para punir, mas para a prática de vingança ao ser humano que lá está. Apesar de ter sido policial durante 20 anos, as pessoas, muitas vezes, acham que nós policiais militares somos justiceiros, e isso não é verdade. Os maiores praticantes de direitos humanos neste País são os policiais e bombeiros militares, os policiais civis, porque estamos todos os dias assegurando o direito das pessoas nas ruas. Mas nós não podemos de maneira nenhuma comungar com a situação de hoje da maioria das unidades prisionais neste País, principalmente no interior dos Estados, onde não existe a mínima condição de os presos estarem lá. Muitos deles sequer tomam banho de sol, que por lei é garantido a eles.

Eu vou fazer um relato para que V.Exa. tenha ideia do que encontramos. Eu cheguei a uma unidade prisional de um determinado Estado — e não vou dizer qual é, para não gerar um mal-estar — e procurei o policiamento. No interior do Estado, geralmente, a unidade prisional ou é dentro de uma unidade militar, ou a unidade militar é dentro da unidade prisional. E não havia nenhum policial lá. Havia dois cidadãos lá, do lado de fora, sérios, calados, eu lhes perguntei e me disseram: *"Não, não estão aqui."* E eu disse: *"E o carcereiro?"* É como a gente costuma chamar o agente prisional no interior do Estado. E eles: *"Também não está".* Aí, eu olhei para eles assim e disse: *"E quem são vocês?"* E eles: *"Somos presos do regime aberto. Quando não tem polícia nem agente prisional, nós tomamos conta dos demais".* Aí é brincadeira! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu estou rindo aqui é do chapéu da Deputada Erika Kokay, que está ficando...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, esse foi um ato que as mulheres Parlamentares realizaram hoje, que seria o seguinte: a chapelaria é um termo que indicava que esta Casa era essencialmente masculina, porque era onde os homens depositavam os seus chapéus. Portanto, nós fizemos esse ato, com o símbolo das mulheres, para tirarmos o chapéu e dizermos que este também é o espaço das mulheres e, por isso, nós queremos, no mínimo, 30% de mulheres a partir da próxima Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deus te ouça! Eu também espero isso, para melhorar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Se V.Exa. quiser, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não. Eu não fico bem. Na minha cabeça de sergipano não cabe chapéu, a cabeça é grande. *(Risos.)*

Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, tenho uma sugestão. Na verdade, uma CPI sempre cria uma expectativa. Eu desejei muito boa sorte na sua posse, como Presidente, porque é um homem que conhece o sistema de segurança, tem uma experiência parlamentar grande e é claro que tem os ônus e os bônus, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É verdade.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O bônus de ser um Presidente, mas tem um ônus, digamos assim, porque a sociedade quer ver o resultado. Então, quando V.Exa. diz da obrigação de uma CPI, além de fazer audiência, é também de investigar. Como nós vamos dar uma virada de rumo, para mostrar à sociedade que realmente esse é o caminho? Eu queria dizer que talvez fosse importante que, numa próxima reunião deliberativa, nós pudéssemos ter definida a pauta de audiências, para divulgar à sociedade, para que o cidadão lá do Pará, do Piauí ou do Ceará, do Cabo Sabino, que queira participar, possa ser informado da pauta global, se ele se dispuser a vir. E não só os convidados, porque aqui é a Casa do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, que haja uma pauta das visitas às penitenciárias, as chamadas diligências, como está sendo aprovado aqui. Talvez, já com base no requerimento do Deputado Valdir, nós pudéssemos começar pelas

piores — ou até pela positividade, pelas menos piores! Não pode haver menos pior. Pelas menos precárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, eu concordo com V.Exa. Permita-me um aparte para completar o raciocínio.

Eu concordo plenamente com a visita a essas quatro "piores" — entre aspas — que foram citadas. Mas o que me preocupa, e eu não gostaria que acontecesse com a nossa CPI, é que a gente se desloque para um estabelecimento prisional desse sem conhecer os problemas daquele estabelecimento prisional, porque, repito, a partir do momento em que chegar uma Comissão de Deputados para ouvir aqueles problemas, só vai ser ouvido e só vai ser dito aquilo que interessa aos lados A ou B. Estou preparando alguma coisa no sentido de que, quando os senhores forem designados para ir a determinado local, levem um "dossiê" — entre aspas —, conhecendo e sabendo quais os problemas que os senhores poderão abordar ou investigar. Por exemplo, se formos ao Estado de São Paulo, nós sabemos que há denúncias de venda nas transferências. Há denúncias!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não ouvi, Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Na realidade, Sr. Presidente, isso é em todo o País. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A partir do momento em que surge uma denúncia dessa, que é muito grave, temos que seguir o fio da meada. Não quero expor ninguém aqui, porque eu sei que o peso que nós vamos carregar é maior do que o dos anteriores, exatamente pela nossa experiência, Deputado. É por isso que eu não quero ainda deliberar sobre a ida dos senhores, sem ter uma razão para que o senhor possa fazer a sua inquisição ou as suas perguntas, com base em alguma coisa consistente.

Eu me lembro de que estava entrevistando aqui, nesta sala, o Fernandinho Beira-Mar. Ele aqui, e eu ali. Eu fui o vigésimo a entrevistar o Fernandinho Beira-Mar. Ele ficava gozando dos Parlamentares, porque os Parlamentares não sabiam o que perguntar. É isso que quero evitar nesta CPI, até mesmo pela composição dela, que é de pessoas experientes, vividas.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Devolvo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu queria saber como V.Exa. está pensando... V.Exa. vai criar sub-relatorias? Já foram tematizadas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Já foram criadas quatro sub-relatorias. Há a Sub-Relatoria da Mulher e do Adolescente, a Sub-Relatoria para Terceirização do Sistema Prisional, a Sub-Relatoria da Estrutura, Arquitetura e Construção dos Presídios e a Sub-Relatoria do Crime Organizado. Já foram faladas as quatro. A do Crime Organizado é do Major Olimpio; a da Mulher e do Adolescente é da Deputada Carmen Zanotto; a da Estrutura Prisional e Arquitetura é do Deputado Luiz Carlos Busato e a da Terceirização é do Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, tem um problema que está presente em todos os Estados, e gente pode ter a confirmação dos presentes, que é a superlotação. A superlotação é muito vinculada não só à arquitetura, aos investimentos necessários em novas penitenciárias, mas também em razão de um sistema de Justiça, digamos assim, atravancado, porque há poucas Varas de Execução Penal. No caso do Pará, para 8 milhões de habitantes, com treze mil e poucos presos, há dois juízes. É muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não tem jeito, não é?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E há um número pequeno de Defensores. Então, grande parte é de presos provisórios sem assistência jurídica.

Não seria importante, Presidente, constituir uma sub-relatoria para pensar, digamos, e inclusive dialogar com o Poder Judiciário, com as Defensorias Públicas, com o Ministério Público? Faz-se um mutirão. É essas coisas do tipo “para inglês ver”. Faz-se um festival, divulga-se pela TV, alguns aparecem na mídia, faturam e não resolvem nada. Mas se, de vez em quando, for um mutirão, e depois de muito tempo esse “quando”... Não é?

Então, talvez pudéssemos pensar sobre esse problema que, realmente, tem dificultado a própria gestão. Os administradores, os gerentes dos sistemas estaduais dizem: *“Sim, o que eu posso fazer? Chega aqui um preso, e eu tenho que garantir a segurança dele e mantê-lo aqui*. *Aqui tem cadeia para dez que abriga trinta e tantos presos. O que eu faço?”*

Na verdade, é um jogando a culpa no outro. E há realmente a necessidade de que todos assumam a sua parcela de culpa, porque assim não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sua sugestão será levada ao Relator, e eu acredito que será aceita.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero aproveitar o quórum de cinco Deputados presentes para fazer a votação dos requerimentos. Depois, continuaremos conversando, se alguém quiser.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, pemita-me só mais uma questão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Trata-se de uma questão levantada por mim e por outros Deputados na presença do Diretor Nacional do DEPEN que acho ser muito importante: por que os sistemas não investem no sentido contrário daquilo que todos temos afirmado, de que as cadeias são, como alguns disseram, o ensino fundamental, médio e de formação superior? Às vezes, o cara que comete um crime que não tem tanta intensidade acaba saindo de lá fazendo parte de uma gangue de alta periculosidade, pós-graduando. Por que isso, então?

Parece-me que é regra geral. Não sei. Mas no Pará eu sou testemunha, pois eu era o responsável pela Subcomissão Penitenciária, na Comissão de Direitos Humanos no Pará. Não há investimento na educação profissional. Então, se existir uma carpintaria, por exemplo. Eu já dei um presente, no Dia das Mães, para a minha mãe, há alguns anos, feito por presos ligados à Pastoral Carcerária. Até o Dom Zico, que faleceu ontem, coordenava esse trabalho e pedia apoio. Na condição de Prefeito, eu pude ajudar. Hoje abandonou-se aquilo em grande medida. Então, tem-se uma penitenciária abarrotada, e as cabeças não ficam vazias e acaba-se gerando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ficam vazias.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...conflito permanente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, por que não se dar trabalho que, ao mesmo tempo, é uma formação e até há a possibilidade de redução de pena,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Claro.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...de não retornar ao crime. A reincidência é muito alta porque o cara sai sem perspectiva nenhuma.

Então, essa é uma questão que mereceria, talvez — gostaria que V.Exa. pudesse discutir com o Relator —, quem sabe, uma sub-relatoria para tratar desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou fazer essa apreciação.

Bem, senhores, consulto o Plenário se querem que eu leia do item 1 até o item 17.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Considere como lido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Considero como lido?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Considere como lido.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Presidente, eu queria fazer duas sugestões em 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Uma é para que nesse requerimento de informações fosse incluído o pedido de informações sobre o funcionamento dos órgãos responsáveis pelo sistema prisional em cada Estado, pois há uma arquitetura e uma estrutura diferente em cada Estado. Onde estão com a Polícia Civil, com a Polícia Militar ou onde o sistema está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Esse requerimento já está pronto e feito pelo Relator, mas ele não pôde comparecer hoje.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - O.k. Mas como a gente não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas não podemos incluí-lo aqui. Esse é o problema.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Está bem. Mas vou deixar minha sugestão como referência.

A segunda questão refere-se à relatoria, se ainda for possível, caso não esteja incluída em outra, sobre a questão das APACs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - APACs?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - APACs. Em Minas Gerais, por exemplo, há algumas unidades bem ativas, com resultados interessantes, que são alternativas que estão colocadas. Se ela estiver incluída em outra sub-relatoria, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Se não estiver, a gente sugere que dê um tratamento para ela também.

(Não identificado) - É importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está. Muito obrigado, Deputado.

Srs. Parlamentares, vamos passar à deliberação dos requerimentos constantes da pauta do item 1 ao item 17.

Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Senhores, quinta-feira, nós teremos essa audiência pública, entendemos os compromissos dos vários Parlamentares, mas é muito importante a presença dos senhores, até mesmo para termos juízo de valor e discutirmos a questão com mais consistência.

Consulto o Plenário se alguém mais quer fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Só quero dizer, de antemão, que na quinta-feira, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Estará viajando.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - ...terei compromisso com a Associação Mineira de Municípios, em Belo Horizonte, e estarei ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k.

Nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião de audiência pública, destinada a discutir a situação

carcerária vivida pelo Estado do Rio Grande do Norte, para o próximo dia 7 de maio, quinta-feira, às 9h30min, no Plenário 4, do Anexo II.

Está encerrada a presente reunião.